

PRIVATIZAÇÃO OU ESTATIZAÇÃO NO CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO

Gustavo Eltjan Loman – loman.gustavo@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Engenharia Mecânica

João Orlando Zim de Sá – joaoorlandos@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Engenharia Mecânica

Resumo: Neste artigo debateremos o histórico de estatizações e privatizações no Brasil, assim como ocorrem os processos de privatização e estatização, o que é uma empresa privada, uma estatal e uma empresa de capital misto, e, embasado em fatos e em nossa opinião como estudantes de engenharia mecânica avaliaremos como mudou o cenário atual para a entrada de um jovem engenheiro no mercado de trabalho.

Palavras-chave: estatizações, privatizações, mercado de trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade atual, problemas como desemprego, pobreza, concentração de renda e violência que muitos consideram problemas crônicos, aquece a discussão entre defensores do Estado Mínimo e aqueles que defendem a atuação do Estado como solução para reduzir tais problemas.

Essa disputa começou a se fortalecer a partir da década de 70 quando o modelo americano de Estado Social (*Welfare State*), que em suma propunha a intervenção do Estado em vários setores, foi abalada pela crise do sistema capitalista, que muitos apontam o crescimento desmesurado do Estado como a principal causa. Em meio a isso, o discurso neoliberal ganhou forças como sendo a solução desses problemas. No Brasil, a crise do petróleo e o arrefecimento econômico mundial demonstraram as frágeis bases do “milagre” cuja crise caracterizou-se pelo endividamento e pela impossibilidade estatal em manter o ritmo do crescimento (MENDONÇA; FONTES, 2004). Com isso, o fim dos anos oitenta e início dos noventa mostrou-se um período muito propício para a pregação do ideal neoliberal, e com isso, condicionou-se o neoliberalismo como sendo a única solução da crise.

2. HISTÓRIA

É certo que apesar do longo histórico do país - indo e vindo entre estatizações e privatizações – ainda não se deu por encerrado todos os conflitos e debates que giram em torno dessa questão. Argumentos pululam de ambos os lados, cada qual trazendo não apenas uma simples visão ideológica, mas também um plano que visa melhorar o país. A partir desse ponto, precisa-se saber as consequências de cada alternativa, quais são as suas vantagens e seus pontos fracos.

Por exemplo, uma revisão histórica mostrou que mais que benefícios ou prejuízos absolutos, cada modelo de gestão trouxe mudanças num determinado contexto. As estatizações na era Vargas procuraram proteger o país de uma economia possivelmente instável, dada a experiência traumática da quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, e o surgimento da Segunda Guerra Mundial, em 1939. Fortalecer e centralizar setores estratégicos na mão do Estado protegeria a nação de

influências privadas que, procurando um fim também privado, “brincaria” com a nação, tomando decisões e cometendo erros que poderiam prejudicar todo um país. Além disso, garantiria as bases necessárias para a consolidação de uma produção industrializada nacional.

A superprodução que desvalorizou os valores das ações de muitas empresas norte-americanas - culminando em falências e desemprego em massa – foi superada após a introdução do New Deal, onde o próprio governo interferia nos preços e na produção, além de fiscalizar práticas de especulação na bolsa de valores. Além dessa interferência direta, o Estado injetou dinheiro em obras de infraestrutura, girando a economia e criando empregos – o que ajudava a solucionar o grave problema de desemprego da época.

E o que tudo isso tem a ver com o Brasil? Em primeiro lugar, a Grande Depressão não afetou só os Estados Unidos. Como eles eram os maiores compradores de café do Brasil, dada a crise de lá, as importações praticamente cessaram o que gerou prejuízos enormes para os nossos próprios produtores. A intervenção estatal se deu com o governo comprando café para diminuir o prejuízo dos produtores.

Já a era Vargas foi um marco das estatizações. Com o surgimento da Segunda Guerra Mundial, a necessidade de uma produção nacional foi escancarada. Como até então nossa industrialização era pífia, e nossa economia era praticamente toda voltada para a agricultura e exportação de commodities, a intervenção estatal foi fundamental – sem ela, aliás, isso não seria possível. Nossas classes produtoras além de todas voltadas a produção de bens primários, já tinham um histórico de dependência e entrelaçamento com o Estado. O que o governo da época fez foi estimular a criação de novas indústrias. E para tal fim, precisava-se de toda uma infraestrutura que desse suporte a tudo que uma produção industrial necessitava. Como agentes privados não tinham recursos para tudo isso, o próprio Estado encarregou-se de garantir uma base de sustentação. As empresas estatais de grande porte do nosso país surgiram nesse contexto. Tivemos a implementação de indústrias de base como a Companhia Siderúrgica Nacional, a obtenção de matérias-primas com a introdução da Vale do Rio Doce, e o suprimento de toda a energia necessária para a produção, tendo como exemplo mais emblemático a Petrobras.

Como tudo isso mostra, no contexto de surgimento das estatais elas não tinham como ser de outra maneira. Nesse período, o único agente capaz de implementar e sustentar o funcionamento de todas elas eram o Estado – nenhum agente privado nacional poderia ter feito o mesmo.

A estatização tem como benefício garantir para a nação o controle de setores estratégicos. O que, em tese, traria de volta à sociedade todos os frutos colhidos. Todo o investimento financeiro e social depositado nelas viria diretamente para a nação, gerando além de empregos, maior receita nacional.

Porém, o que críticos da estatização argumentam é que, na prática, toda essa centralização de empresas na mão do Estado não só gera um atraso de desenvolvimento destes setores (visto que a concorrência tem como promessa trazer diversidade e qualidade de produtos), mas também onera o Estado, além de, em muitos casos, ser prejudicial para a própria empresa em questão. Para exemplificar os argumentos dos privatizadores damos um salto no tempo até o governo FHC - que, assim como a era Vargas ficou marcada pelo surgimento de estatais, a era FHC ficou lembrada pelas privatizações.

Fernando Henrique assumiu com a promessa de controlar a inflação - a qual, herança da ditadura militar, não foi contida por nenhum de seus antecessores. Ele precisava diminuir os gastos estatais na economia e acelerar a produção. Fora tudo isso, também havia uma pressão externa, dado o Consenso de Washington e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Nesse contexto, a manutenção de empresas estatais era vista como um gasto a mais para o Estado, o qual não estava dando conta de gerir tudo adequadamente – era coisa demais centralizada em um único braço. Vários motivos foram postos em questão, como o fato de funcionários públicos se valerem dessas empresas para benefícios próprios. Isso trazia não só consequências políticas, mas também econômicas, pois quem pagava a conta, no final de tudo, era o contribuinte.

A privatização dessas empresas, então, traria como benefício não só o seu desenvolvimento tecnológico e conseqüente melhorias para o consumidor (vide o caso da privatização de empresas de telecomunicações), mas também potencializaria

sua capacidade de gerar lucro. Pois, como o interesse final do capitalista é o lucro, ele evitará ao máximo qualquer medida que encareça os custos da produção, ou que desvie o dinheiro da empresa – o qual deve, também, ser constantemente reaplicado em inovação e produção.

A simples vontade de lucro do capitalista era vista agora como algo positivo. Pois como agentes públicos não precisariam, de certa forma, se preocupar com isso, a corrupção era muito mais fácil e vantajosa.

Nesse contexto, então, a privatização surge como uma alternativa à crise. Solução, claro, que será contestada por vários grupos sociais, os quais temem que a busca por lucro do capitalista gere prejuízos para a população, que teria que pagar mais caro por um determinado serviço, por exemplo. Ou que a visão do lucro se sobreponha a visão do desenvolvimento social – já que o Estado é seu órgão máximo de defesa. Além disso, grupos contrários às privatizações temem que a receita gerada pelas estatais saia do país e, conseqüentemente, da sociedade, para bolsos particulares, os quais não teriam o mínimo interesse no desenvolvimento da nação.

3. EMPRESAS PRIVADAS

Empresas privadas são companhias em que o capital provém da iniciativa privada. Essas empresas no Brasil podem ser classificadas em seis tipos diferentes:

1. Sociedade em nome coletivo, estatisticamente, a mais utilizada,
2. Sociedade em comandita simples,
3. Sociedade limitada,
4. Sociedade em comandita por ações,
5. Sociedade anônima,
6. Empresa individual de responsabilidade limitada

4. PRIVATIZAÇÃO

Privatização ou desestatização é um processo utilizado pelos governos de venda de empresa pública – integrante do patrimônio nacional - para o setor privado.

Entretanto, no Brasil, preconiza o método de abertura de empresa de economia mista, como a Petrobrás, em que o sócio minoritário é o estado.

Existem quatro métodos principais de privatização utilizados:

1. Emissão de ações de privatização (SIP) – que é a venda de ações no mercado de ações.
2. Venda de ativos de privatização – que é a venda de toda a organização (ou parte dele) para um investidor estratégico, geralmente por leilão (mais utilizado).
3. Vale-privatização - a distribuição de ações de propriedade de todos os cidadãos, geralmente de graça ou a um preço muito baixo, usado geralmente em países antes socialistas onde as ações eram distribuídas para os cidadãos e estes poderiam vender e gerar lucro.
4. Privatização por concessão - Quando se vende uma cota de exploração de algum recurso do país. Geralmente se trata de licenças de radiodifusão ou de exploração mineral.

A escolha desses processos de venda é influenciada, principalmente, pelo mercado de capitais e política do país. As privatizações não são só meios importantes para a transição de países outrora socialistas para o sistema capital, como também estratégias usadas pelos governos para desafogar setores inchados e/ou ineficientes do país. No Brasil, muitas das privatizações foram devidas aos prejuízos gerados pelas empresas estatais, como, por exemplo, a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) que tinha um prejuízo anual de 1,0 bilhão de reais no período de 1985 – 1992, e, após a privatização, passou a ter um lucro de 232 milhões de reais.

5. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Sociedade de economia mista é uma sociedade anônima onde há a participação do poder público e de particulares em seu capital e em sua administração. Uma das primeiras companhias de economia mista foi a companhia das Índias Ocidentais em

que o governo holandês, junto com o capital privado dos burgueses, constituíram uma empresa de economia mista para explorar o novo mundo.

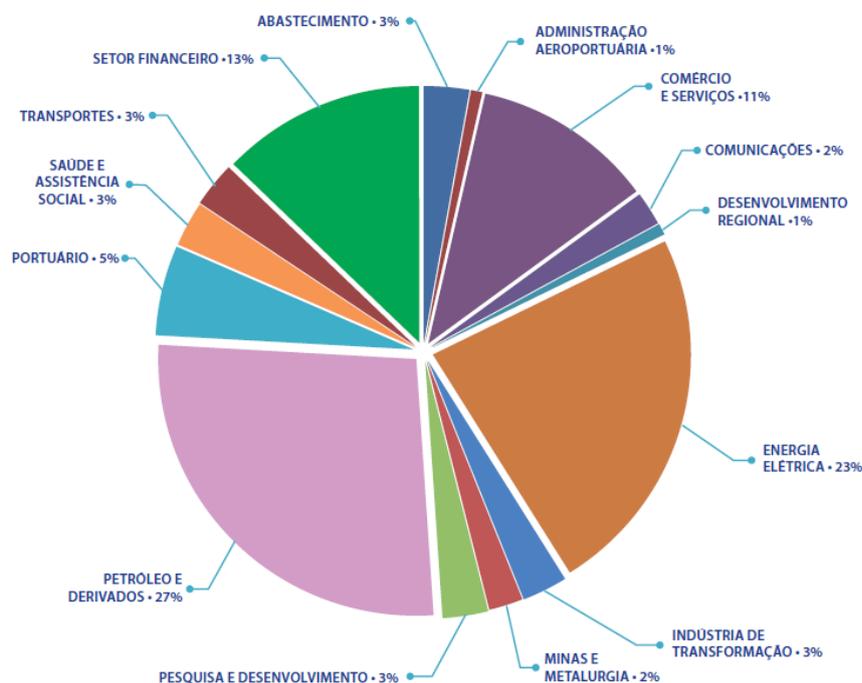
Há três principais características em uma sociedade de economia mista, entre elas estão: associação do capital público com o privado, administração da empresa de ambos os investidores e o interesse público que a sociedade busca.

6. EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL

Como a intervenção do estado em meios diretamente produtivos vem sendo discutida nos últimos anos, e questionado de que forma o Estado deve agir para melhor servir a população. Devido a isso, é importante se aprofundar e achar uma forma de conhecer o funcionamento de uma empresa estatal.

No Brasil, devido a magnitude e extensão do envolvimento do Estado na produção industrial, dava a impressão de ser um caso isolado de estatização no quadro capitalista atual. Mas feito um balanço da ação empresarial do Estado, mostra-se que o caso brasileiro não é tão diferente do que se pensava. Com um setor produtivo muito segmentado, e uma grande quantidade de áreas de atuação, o Estado brasileiro tem dificuldade no controle de todas as empresas estatais, dificultando a formulação de esquemas de estratégias de funcionamento, abrindo assim brechas para que haja oportunidade de desvios de dinheiro e de cargos para pessoas de interesse.

Gráfico 1 – Áreas de atuação de empresas estatais



Fonte: Siest

Para evitar essa segmentação excessiva, o Estado deve passar a focar mais em suas funções essenciais como: saúde, segurança, educação, recursos e infraestrutura, evitando assim o seu inchaço. Desse modo, ao focar em menos áreas de atuação, o Estado poderá fazer um melhor trabalho de servir a população.

Dentro dessas áreas de atuação, a principal fonte de debate que se têm é do comportamento ambíguo das empresas estatais, que varia entre sua face privada (empresarial) e sua face pública. Nessa dualidade, tens se uma expectativa muito grande de que a empresa estatal tenha capacidade de absorver as virtudes de ambas as faces. Isto é, combinar as vantagens da gerência privada, que apresente caráter empresarial, com as de administração pública, que levam consigo a visão global (orientada para o interesse geral) e de longo prazo, normalmente atribuídas às agencias estatais. Ao mesmo tempo, evitar os problemas de cada um dos tipos de administração, que seria tratar dos interesses privados em primeiro lugar como a maximização do lucro a qualquer custo em uma empresa privada e fugir da tendência das estatais de burocratização, privilégios e a falta de eficiência.

Em meio a esse cenário atual onde se tem julgado a intervenção do Estado, deixo uma citação de Keynes feita em seu livro *The End of Laissez-Faire*, que é de grande valia para a situação atual brasileira: “Para que o Estado seja capaz de assegurar o mínimo dos interesses da sociedade, é fundamental que se defina politicamente a agenda e a não agenda do estado. O que o Estado deve fazer e o que não deve fazer”.

7. NOVO CENÁRIO DO MERCADO PARA ENGENHEIROS

Com as mudanças que vieram após os anos 90, pela adoção de políticas neoliberais e uma reestruturação produtiva, vários grupos profissionais foram afetados, e os engenheiros não estão fora disso.

Devido a esse processo, que trouxe consigo uma abertura da política comercial, desregulamentação financeira, e de reforma do Estado fez com que aumentasse a participação do setor privado na economia, aumentando assim a dependência não só financeira, mas também como patrimonial e tecnológica com o exterior, causando uma mudança nas atividades ligadas a engenharia. Essa reestruturação não resultou em inovações tecnológicas, muito menos aumentou o número de exportações de bens de valor agregado.

As empresas estatais privatizadas eram produtoras de bens não comercializáveis e parte das aquisições realizadas visavam mais ganhos de curto prazo do que propriamente a expansão da capacidade produtiva e uma estratégia de lucros de longo prazo. Ademais, as aquisições das empresas privadas pelo capital estrangeiro ou nacional não induziram investimentos que significassem no médio prazo incremento significativo ou melhoria nas exportações (Miranda, 2001). Com isso, aumentou-se a dependência das tecnologias e das normas das grandes multinacionais estrangeiras, diminuindo a criação de tecnologias próprias, e aumentando o investimento externo.

Não generalizando, começou a se constituir duas tendências de mercado de trabalho na engenharia. Primeiramente, engenheiros que trabalham diretamente com empresas estrangeiras, desenvolvendo produtos, tendo assim uma forte dependência das diretrizes e tecnologias das matrizes. A outra tendência é de engenheiros que trabalham em empresas estatais e são caracterizadas pela elaboração das condições de produção do produto já previamente elaborados.

Fora essa dependência ao mercado externo, uma outra mudança que ocorreu foi na carreira dos engenheiros. A concepção de plano de carreira vem dando um lugar maior para a individualização da carreira, por meio da gestão de carreira. Existe hoje uma forte pressão ideológica – ancorada num ethos das grandes corporações multinacionais – no sentido de fazer crer aos assalariados que deverão ser doravante os responsáveis por sua própria “empregabilidade” (López-Ruiz, 2004). Essa nova política coletiva das grandes empresas, faz com que o engenheiro seja responsável por sua empregabilidade, progressão salarial e profissional. Com isso, se uma empresa não favorece condições para o crescimento profissional, seria decisão do engenheiro de procurar outro meio de alcançar tais fins.

8. CONCLUSÃO:

Neste trabalho concluímos que o tema: “Privatização x Estatização” se estende, no Brasil, desde a era de Vargas, onde foi necessário um grande número de estatizações para impedir não só que a crise de 29 chegasse ao Brasil como também fornecer, posteriormente, o mercado brasileiro com produtos antes vindos da Europa e que se tornaram escassos devido a segunda guerra mundial. Assim como a privatização que se tornou muito forte em 1989 devido ao consenso de Washington, que, em partes, foi útil pois muitas empresas estatais encontravam-se dando prejuízos muito altos aos cofres públicos e, depois da privatização, passaram a lucrar, como a CSN e EMBRAER.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

<http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/revista/revistav51/artigos/beem.pdf>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Privatiza%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil

https://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa_de_economia_mista

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_empresas_estatais_do_Brasil

<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/vargas.htm>

<http://brasilecola.uol.com.br/historia/sete-maravilhas-mundo.htm>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa_privada

http://www.infoescola.com/administracao_/tipos-de-empresas/

<http://www.brasil247.com/pt/247/economia/77927/Privatiza%C3%A7%C3%A3o-versus-estatiza%C3%A7%C3%A3o.htm>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Privatiza%C3%A7%C3%A3o>

www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/30159-30685-1-PB.pdf

www.historia.uff.br/stricto/td/1263.pdf

www.aloysiobiondi.com.br/IMG/pdf/engenheiros_pr_privatizacoes_ago10.pdf

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS. Brasil:

Revista Virtual Direito Brasil, v. 5, 2011. Disponível em:

<<http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/revista/revistav51/artigos/beem.pdf>>